

Diário Oficial Eletrônico

Município de São José do Ouro/RS

Criado pela Lei Municipal nº 2456/2019 de 15.07.2019



"O ouro desta terra, está no coração de sua gente"

Endereço: Avenida Laurindo Centenaro, 481 - CEP 99870-000



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

DECRETO N.º 024/2022
DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022

FIXA O VALOR DO AUXÍLIO PARA TRANSPORTE ESCOLAR DETERMINADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.324/2017, DE 08.03.2017.

VALENTIM GELAIN, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 2324/2017, de 08.03.2017;

D E C R E T A:

Art. 1º Fixa em R\$ 1.000,00 (um mil reais), o valor do *auxílio transporte escolar para estudantes do Ensino Médio, matriculados em cursos de Técnico Agrícola e/ou Técnico Agropecuária*, conforme as disposições do Art. 1º, e §§, da Lei Municipal nº 2324/2017.

Art. 2º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO OURO – RS, 07 DE FEVEREIRO DE 2022

Valentim Gelain
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 07 DE FEVEREIRO DE 2022

Zeferino Marcante
Sec. Geral da Administração



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

**DECRETO Nº 025/2022
DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022**

DISPÕE SOBRE AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS E SUAS RESPECTIVAS PENALIDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALENTIM GELAIN, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e nos Decretos Federais nº 6.514 de 22 de julho de 2008, nº 6.686 de 10 de dezembro de 2008 e nº 9.179 de 23 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 15.434 de 10 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 55.374, de 22 de julho de 2020.

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e seu procedimento administrativo,

DECRETA:

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto disciplina a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e seu procedimento administrativo.

Parágrafo único. Nos termos do art. 90, da Lei Estadual nº 15.434 de 10 de janeiro de 2020, este Decreto disciplina a aplicação das sanções previstas no Decreto Federal nº 6.514 de 22 de julho de 2008 e Decreto nº 9.179 de 23 de outubro de 2017 e no Decreto Estadual nº 55.374 de 22 de julho de 2020.

Art. 2º As infrações à legislação ambiental serão apuradas em processo administrativo próprio, podendo ser iniciado com a lavratura do Auto de Infração, relatório de Vistoria ou representação.

§ 1º Quando houver processo de reclamação ou denúncia, gerador do Auto de Infração, cópia do auto de infração e relatório serão a este anexado e, após as providências adotadas pelo órgão ambiental municipal, o processo será arquivado.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

§ 2º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas na forma usual adotada pelo órgão ambiental municipal.

§ 3º No Auto de Infração constará o número do processo administrativo.

Capítulo II DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

Art. 3º Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, de que resulte:

- I - risco de poluição ou degradação do meio ambiente;
- II - efetiva poluição ou degradação ambiental;
- III - emissão, lançamento ou liberação de efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, em desacordo com os padrões estabelecidos, e/ou que tomem ou possam tomar ultrapassados os padrões de qualidade ambiental.

§ 1º São consideradas infrações administrativas aquelas tipificadas no Anexo I desta Lei.

§ 2º Verificada a ocorrência de infração administrativa ao meio ambiente será lavrado auto de constatação, conforme Anexo V do presente Decreto.

Seção I Das penalidades

Art. 4º Sem prejuízo das sanções penais e da responsabilização civil, aos infratores serão aplicadas as seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

- I - advertência;
- II - multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- III - multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- IV - interdição temporária ou definitiva;
- V - embargo temporário ou definitivo;
- VI - demolição;
- VII - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, apetrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
- VIII - suspensão parcial ou total de atividades;
- IX - suspensão de venda e fabricação do produto;
- X - destruição ou inutilização de produto;
- XI - perdas ou restrição de direitos consistentes em:

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

- a) suspensão de registro, licença ou autorização;
- b) cancelamento de registro, licença e autorização.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo poderão ser impostas isoladas ou cumulativamente.

§ 2º Caso o infrator venha a cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações de natureza diferente, poderão ser-lhe aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas correspondentes.

Art. 5º Para gradação e aplicação das penalidades, serão observados os seguintes critérios:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista suas consequências para o meio ambiente;
- III - os antecedentes do infrator;
- IV - o porte do empreendimento;
- V - o grau de escolaridade do infrator;
- VI - tratar-se de infração formal ou material;
- VII - condição socioeconômica.

Art. 6º São consideradas circunstâncias atenuantes:

- I - espontânea contenção, redução ou reparação da degradação ambiental pelo infrator;
- II - baixo grau de escolaridade do infrator;
- III - colaboração com os técnicos encarregados da fiscalização e do controle ambiental;
- IV - comunicação imediata do infrator às autoridades competentes.

Art. 7º São consideradas circunstâncias agravantes:

- I - a infração ter ocorrido à noite, em domingos ou dias feriados;
- II - a infração ter ocorrido em Unidades de Conservação, em área de preservação permanente ou em áreas de valor ambiental cultural, conforme definido em Lei;
- III - ter a infração atingido propriedades de terceiros;
- IV - ter o infrator cometido o ato para obter vantagem pecuniária ou coagido outrem para execução material da infração;
- V - a infração atingir espécies nativas raras, endêmicas, vulneráveis, de importância econômica ou em perigo de extinção;
- VI - tornar a área, urbana ou rural, imprópria para ocupação humana;
- VII - em período de defeso à fauna;
- VIII - mediante fraude ou abuso de confiança;
- VX - em épocas de inundações ou secas;
- X - no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiadas por incentivos fiscais;

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

- XI – facilitada por funcionário público no exercício de suas funções;
- XII – mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização

ambiental.

Subseção I Da Advertência

Art. 8º A penalidade de advertência será aplicada, a critério do Órgão Ambiental Municipal, quando se tratar de infração de natureza leve, fixando-se, quando for o caso, prazo para que sejam sanadas as irregularidades apontadas.

Subseção II Da Multa

Art. 9º Nos casos de infração continuada poderá ser aplicada multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais) até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 1º A multa diária será devida até que o infrator adote medidas eficazes para a cessação das irregularidades constatadas ou dos efeitos da ação prejudicial, podendo ser suspensa, a critério do Órgão Ambiental Municipal, desde que a correção das irregularidades lhe seja comunicada formalmente e haja a verificação da veracidade das informações.

§ 2º A cessação das irregularidades descritas no § 1º deste artigo podem ser promovidas através da assinatura de Termo de Compromisso firmado entre o infrator e o órgão ambiental, estabelecendo cronograma para regularidade ambiental do empreendimento ou atividade.

§ 3º Sanada a irregularidade, o infrator comunicará o fato, por escrito, ao Órgão Ambiental Municipal e, uma vez constatada sua veracidade, o termo final do curso diário da multa coincidirá com a data de protocolo da comunicação.

Art. 10. Considera-se infração continuada a atividade que:

I - estando em operação, não estiver provida ou não se utilizar dos meios adequados para evitar o lançamento ou a liberação dos poluentes, ou a degradação ambiental;

II - não adotar as medidas adequadas para cessar, reduzir ou reparar os danos causados ao meio ambiente;

III - estiver instalada ou operando sem as necessárias licenças ou autorizações.

Parágrafo único. O Órgão Ambiental Municipal poderá conceder prazo para correção das irregularidades apontadas, desde que haja requerimento fundamentado do infrator, sustando-se a incidência da multa, durante o decorrer do prazo ou conforme convencionado em Termo de Compromisso.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 11. O Anexo I, parte integrante deste Decreto, explicita o critério de cálculo para as multas administrativas a serem aplicadas pelo Órgão Ambiental Municipal.

§ 1º A autoridade autuante, com base nos critérios fixados no Anexo I, informará no Auto de Infração, o valor pecuniário da multa, demonstrando claramente quais foram os critérios utilizados para a imposição e gradação da penalidade.

§ 2º O Anexo I apresenta a forma de cálculo para a aplicação das penalidades de multas explícitas no Decreto Federal nº 6.514/2008, mesmo as de competência da União ou Estado.

§ 3º A autoridade ambiental somente utilizará a forma de cálculo para as infrações citadas no parágrafo segundo deste artigo, no uso do poder supletivo para as infrações de competência da União ou Estado na ausência ou omissão da autoridade competente.

Art. 12. A multa poderá ser convertida na prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, devidamente estabelecidos em Termo de Compromisso a ser firmado entre o infrator e o Órgão Ambiental Municipal.

Parágrafo único. A celebração de Termo de Compromisso poderá implicar redução de até 90% (noventa por cento) do valor da multa imposta, ficando o Órgão Ambiental Municipal obrigado a motivar e circunstanciar o ato no competente processo, amparado por decisão do COMMA.

Art. 13. Nos casos de reincidência genérica, a multa será aplicada pelo equivalente ao dobro da multa correspondente à infração cometida e, em caso de reincidência específica a multa será equivalente ao triplo.

§ 1º Entende-se por reincidência específica o cometimento de infração da mesma natureza, e por reincidência genérica o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

§ 2º Incorre em reincidência genérica ou específica, nos termos do Art. 11 do Decreto Federal nº 6.514/2008, o agente que pratique nova infração ambiental no período de 05 (cinco) anos, contados da lavratura do Auto de Infração anterior devidamente comprovado em julgamento.

Subseção III Da Interdição Temporária e Definitiva

Art. 14. A penalidade de interdição temporária será imposta a atividades, nos casos de:

- I - perigo ou danos à saúde pública ou ao meio ambiente;
- II - a critério do Órgão Ambiental Municipal, nos casos de infração formal;

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

III - a critério do Órgão Ambiental Municipal, a partir de reincidência.

§ 1º A penalidade de interdição temporária deve perdurar até que sejam corrigidas as irregularidades apontadas, ou até a celebração de termo de compromisso, voltando a atividade a ser operada nas condições nele estabelecidas.

§ 2º A penalidade de interdição temporária será imposta pelo agente de fiscalização, cabendo a este a sua liberação, após o cumprimento das exigências legais atinentes à matéria.

Art. 15. A penalidade de interdição definitiva será imposta nos casos e situações previstas no artigo anterior, quando a atividade não tiver condições de ser regularizada conforme os dispositivos previstos na legislação ambiental.

Parágrafo único. A penalidade de interdição definitiva será imposta pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMMA, com base em processo devidamente instruído pelo Órgão Ambiental Municipal, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Art. 16. A interdição aplicada em relação à fonte móvel de poluição implica a permanência desta em local definido pelo agente de fiscalização, até que a emissão de poluentes seja sanada.

Art. 17. A imposição de penalidade de interdição, se definitiva, acarreta a cassação de licença de operação; se temporária, sua suspensão pelo período em que durar a interdição.

Subseção IV Dos Embargos Temporário e Definitivo

Art. 18. A penalidade de embargo temporário será imposta no caso de obras e construções em andamento sem a devida regularidade ambiental mediante licença, anuência, autorização, ou em desacordo com os mesmos, se concedidos.

§ 1º A penalidade de embargo temporário deve perdurar até que sejam corrigidas as irregularidades apontadas, ou até a celebração de termo de compromisso.

§ 2º A penalidade de embargo temporário será imposta pelo agente de fiscalização cabendo a este a sua liberação, após o cumprimento das exigências legais atinentes à matéria.

§ 3º O embargo restringe-se aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades realizadas em áreas não embargadas da propriedade ou posse ou não correlacionadas com a infração.

Art. 19. A penalidade de embargo definitivo será imposta quando as condições previstas no artigo anterior ocorrerem e a obra ou construção não tiver condição de ser regularizada, conforme os dispositivos previstos na legislação ambiental.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Parágrafo único. A penalidade a que se refere o caput deste artigo será imposta pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA) com base em processo devidamente instruído pelo Órgão Ambiental Municipal, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Subseção V Da Demolição

Art. 20. A penalidade de demolição será imposta a critério do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMA e executada administrativamente quando a obra, construção ou instalação:

- I - estiver produzindo grave dano ambiental;
- II - estiver contrariando as disposições legais previstas em normas ambientais de âmbito federal, estadual ou municipal.

§ 1º O infrator é responsável pela demolição imposta pelo COMMA.

§ 2º Não será aplicada a penalidade de demolição quando, mediante laudo técnico, for comprovado que o desfazimento poderá trazer piores impactos ambientais que sua manutenção, caso em que a autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada, deverá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, impor as medidas necessárias à cessação, mitigação e compensação do dano ambiental, observada a legislação em vigor.

§ 3º Quando a demolição implicar consequências sociais graves ou se referir à moradia do infrator, somente será executada por ordem judicial.

§ 4º Na hipótese de o infrator responsável pela demolição não a efetivar no prazo determinado pelo COMMA, este poderá solicitar ao órgão responsável pelo controle e ordenamento e uso do solo do Município a fazê-lo, com a cobrança dos custos incorridos com a demolição, acrescido da multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor.

Subseção VI Da Apreensão

Art. 21. A penalidade de apreensão será imposta nos casos de infração às normas e exigências ambientais ou danos diretos ao meio ambiente e aos recursos naturais e dar-se-á em relação aos instrumentos, apetrechos, equipamentos, animais e veículos utilizados, bem como produtos e subprodutos dela resultantes, mediante lavratura do respectivo auto.

§ 1º Aos instrumentos, apetrechos, animais, equipamentos, ou veículos utilizados na prática da infração, bem como aos produtos e subprodutos dela resultantes apreendidos, serão dadas as seguintes destinações:

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

I - os produtos e subprodutos perecíveis ou madeira, apreendidos pela fiscalização, serão avaliados e, na impossibilidade de liberação, doados pelo Órgão Ambiental Municipal às instituições científicas, hospitalares, penais, militares, públicas e outras com fins beneficentes, bem como às comunidades carentes, lavrando-se os respectivos termos de doação, ou utilizadas pela Administração quando houver necessidade, conforme decisão motivada da autoridade competente, através do termo de destinação, sendo que, no caso de produtos da flora, não perecíveis, os mesmos serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

II - os animais apreendidos serão:

a) entregues aos órgãos competentes para serem libertados em seu habitat natural após verificação de sua adaptação às condições de vida silvestre, por técnico habilitado;

b) entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, mediante termo de entrega;

c) confiados a fiel depositário, até definição de seu destino, na impossibilidade de atendimento das condições previstas nas alíneas "a" e "b";

III - os instrumentos, os equipamentos, os apetrechos, os veículos e as embarcações apreendidos na prática da infração, poderão:

a) ser confiados a fiel depositário, na forma do disposto no Código Civil, e somente serão liberados mediante o pagamento da multa, quando imposta, ou acolhimento de defesa ou recurso;

b) ser doados pelo Órgão Ambiental Municipal às instituições científicas, hospitalares, penais, militares, públicas e outras com fins beneficentes, bem como às comunidades carentes, lavrando-se os respectivos termos de doação;

c) utilizados pela administração quando houver necessidade, conforme decisão motivada da autoridade competente, através do termo de destinação, ou ainda vendidos.

IV - Não identificado um fiel depositário, o Órgão Ambiental Municipal deverá identificar locais adequados para guarda dos instrumentos, apetrechos, equipamentos, veículos, produtos e subprodutos não perecíveis apreendidos, enquanto não forem implementadas as condições para sua liberação ou doação.

§ 2º A critério do Órgão Ambiental Municipal, o infrator poderá ser nomeado como fiel depositário.

Art. 22. A penalidade de apreensão de equipamentos, instrumentos, produtos, animais, apetrechos, veículos e máquinas será imposta pelo agente de fiscalização, cabendo a este a sua liberação, após o cumprimento das exigências legais atinentes à matéria.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Subseção VII

Da Suspensão Da Venda e Fabricação Do Produto

Art. 23. A penalidade de suspensão de venda e fabricação do produto será imposta pelo agente de fiscalização nos casos de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente no território municipal.

Parágrafo único. No caso de suspensão de venda, o empreendedor deverá providenciar, às suas custas, o recolhimento do produto colocado à venda ou armazenado, dando-lhe a destinação adequada, conforme determinação do Órgão Ambiental Municipal.

Subseção VIII

Da Destruição Ou Inutilização Do Produto

Art. 24. As penalidades de destruição ou inutilização de produto serão impostas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMA, nos casos de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente.

Parágrafo único. As medidas a serem adotadas, seja inutilização ou destruição, correrão às expensas do infrator.

Subseção IX

Da Perda Ou Restrição De Direitos

Art. 25. A penalidade de perda ou restrição de direitos consiste em:

- I - suspensão de registro, licença ou autorização;
- II - cancelamento de registro, licença e autorização;

§ 1º A aplicação das penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo será feita pelo órgão responsável pelo registro ou pela emissão da licença ou autorização.

§ 2º O Órgão Ambiental Municipal cuidará de expedir as notificações necessárias aos órgãos competentes para a aplicação das demais penalidades previstas.

CAPÍTULO III

DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 26. O Termo de Compromisso Ambiental constitui título executivo extrajudicial e poderá ser celebrado nas hipóteses de:

I - suspensão de parte do valor da multa mediante o compromisso de recuperação integral do dano de acordo com o projeto técnico aprovado pelo órgão ambiental;

II - conversão da multa em serviços de melhoria da qualidade ambiental ou de educação ambiental;

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

III - regularização de atividade ou de empreendimento, fixando-se condições, prazos e penalidades para o descumprimento; e

IV - estabelecer o compromisso e condições ao autuado quando forem necessárias providências para a recuperação do dano ambiental.

§ 1º O Termo deverá conter, obrigatoriamente, a descrição de seu objeto, as medidas a serem adotadas, o cronograma físico estabelecido para o cumprimento das obrigações e as penalidades a serem impostas, no caso de inadimplência.

§ 2º A inexecução total ou parcial do convencionado no Termo de Compromisso enseja a execução das obrigações dele decorrentes, inclusive quanto aos custos para a recomposição do dano ambiental, sem prejuízo das sanções administrativas aplicáveis à espécie, qual seja o retorno originário da penalidade que fora aplicada.

Art. 27. As multas previstas neste decreto e no Decreto Federal nº 6.514/08, e em suas alterações, podem ter a sua exigibilidade suspensa ou reduzida, quando o infrator, por termo de compromisso ambiental (TCA), obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§ 1º A suspensão ou redução da multa ficará condicionada a apresentação de projeto técnico com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), com medidas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, que deverá ser encaminhado a JARIA juntamente com a defesa.

§ 2º Para a concessão do benefício previsto no caput deste artigo, deverá haver decisão da JARIA, autorizando a formalização do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) junto ao Órgão Ambiental Municipal.

§ 3º A decisão referida no parágrafo anterior deverá fundamentar-se em critérios técnicos, ao qual a matéria esteja submetida, bem como aval do Secretário Municipal de Agricultura, Meio ambiente e Turismo.

Art. 28. O devedor beneficiado com a redução da multa administrativa, firmada através de Termo de Compromisso Ambiental, deverá realizar o pagamento do restante da multa aplicada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, e será informado ao autuado mediante a emissão de boleto de cobrança emitido pelo Setor de Tributação, com data final de vencimento.

§ 1º A celebração de Termo de Compromisso poderá implicar redução de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa imposta, ficando o Órgão Ambiental Municipal obrigado a motivar e circunstanciar o ato no competente processo mediante decisão da JARIA.

Art. 29. Na hipótese do descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do Termo de Compromisso Ambiental (TCA), o valor da multa será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), acrescido de R\$ 50,00 (cinquenta reais) POR DIA de continuidade após a constatação, independentemente de notificação ou qualquer outro ato judicial ou extrajudicial, devidamente atualizada pela URM ou outro índice que venha a

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

substituí-lo, valor esse a ser revertido em favor do FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FAMMA.

Parágrafo único. O não pagamento do valor previsto no parágrafo anterior, no prazo estipulado pelo órgão ambiental municipal, implicará no envio da cobrança para a o Setor de Tributação, para inclusão na dívida ativa do município, até seu efetivo pagamento.

Art. 30. Cumpridas as obrigações assumidas em Termo de Compromisso Ambiental, o devedor beneficiado pela conversão de valor da multa simples em prestação de serviços, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, nos termos previstos no Art. 143 do Decreto Federal nº 6.514/2008 alterado pelo Decreto Federal nº 9.179/17, terá seu débito reconhecido como quitado.

Parágrafo único. Para a concessão do benefício da conversão da multa simples em prestação de serviços, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, deverá haver, obrigatoriamente, decisão administrativa e a formalização de TCA, com obrigações, prazos e penalidades que incidirão na hipótese de inadimplência das obrigações assumidas com o órgão ambiental municipal.

CAPÍTULO IV DO ORDENAMENTO PARA PROTOCOLO DE DENÚNCIAS

Art. 31. Qualquer cidadão poderá registrar uma denúncia de dano ao meio ambiente, tendo seu anonimato garantido pela fiscalização.

§ 1º No momento do registro ao optar pelo anonimato, o denunciante não acompanhará as ações tomadas referente a mesma.

§ 2º A denúncia deverá ser registrada através do preenchimento de formulário, disponível no site da prefeitura e também no Setor Meio Ambiente (SMA), conforme modelo previsto no Anexo II, deste Decreto.

§ 3º O formulário deverá apresentar informações claras e precisas, podendo ser anexado documentos, fotos, vídeos entre outros que comprovem a denúncia.

§ 4º Após preenchido, o formulário deverá ser entregue no Setor de Meio Ambiente ou encaminhado através de e-mail específico.

SEÇÃO I Procedimento Para Apuração de Denúncia

Art. 32. A apuração de denúncia inicia-se com abertura de processo administrativo.

Art. 33. Para a verificação da denúncia será realizada vistoria "in loco", com emissão de relatório de vistoria.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

§ 1º Sendo constatado improcedente a denúncia, o processo será arquivado.

§ 2º Em caso de procedência de denúncia, o infrator será comunicado documentalmente para prestar esclarecimentos sobre os fatos constatados pela fiscalização. Na ocasião do comparecimento serão registradas as informações do infrator através de ATA de comparecimento.

§ 3º Posteriormente poderá ser procedido com a aplicação das penalidades pecuniárias administrativas com a lavratura do Auto de Infração Ambiental e demais termos referentes à prática do auto infracionário.

SEÇÃO II **Do Auto De Infração**

Art. 34. O procedimento para aplicação das penalidades pecuniárias administrativas terá início com a lavratura do auto de infração e demais termos referentes à prática do ato infracionário, sendo assegurado ao autuado o contraditório e a ampla defesa, assim como os recursos administrativos inerentes.

Art. 35. O autuado, na forma do Art. 113, da Lei Estadual nº 15.434 de 10 de janeiro de 2020, será notificado para ciência da infração:

I - pessoalmente;

II - pelo correio ou via postal, por meio do aviso de recebimento;

III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º No caso de recusa do autuado em assinar o auto de infração, este deverá ser assinado por duas testemunhas, certificando o ocorrido e entregue a via correspondente ao autuado.

§ 2º O edital, referido no inciso III deste artigo, será publicado uma única vez, de forma oficial, considerando-se efetivada a autuação 15 (quinze) dias após a publicação.

§ 3º Na forma do art. 114 da Lei Estadual nº 15.434 de 10 de janeiro de 2020, o autuado poderá oferecer recurso/defesa ou impugnação contra o Auto de Infração, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data da ciência da autuação, mediante requerimento protocolado no Setor de Meio Ambiente (SMA) do município de São José do Ouro, conforme modelo contido no Anexo III deste Decreto.

Art. 36. Caberá à Junta Administrativa de Recursos de Infrações Ambientais (JARIA) o julgamento em primeira instância de recurso/defesa ou de impugnação de autos de infrações, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da protocolização.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

§ 1º No parecer da JARIA que absolver o autuado do pagamento de multa, arquivar-se-á o processo, devendo ser firmado TCA (Termo de Compromisso Ambiental).

§ 2º Em caso de confirmação da infração e manutenção da multa prevista no Auto de Infração a JARIA emitirá parecer favorável a autuação, devendo ser firmado TCA (Termo de Compromisso Ambiental), podendo o infrator efetuar o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão proferida ou interpor defesa em última instância junto ao COMMA.

Art. 37. Ao COMMA (Conselho Municipal do Meio Ambiente) caberá o julgamento, em segunda e última instância, dos recursos das infrações ambientais, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da protocolização junto ao SMA.

§ 1º No parecer do COMMA que absolver o autuado do pagamento de multa, arquivar-se-á o processo, devendo ser firmado TCA (Termo de Compromisso Ambiental) junto ao SMA.

§ 2º Em caso de confirmação da infração com manutenção da multa prevista no Auto de Infração o COMMA emitirá parecer favorável à autuação, devendo ser firmado TCA (Termo de Compromisso Ambiental) junto ao SMA, devendo o infrator efetuar o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão proferida.

Art. 38. O boleto para pagamento deverá ser retirado junto ao Setor de Meio Ambiente (SMA) e seu pagamento efetuado nas agências bancárias ou afins com destinação para a conta do FAMMA (Fundo Municipal de Meio Ambiente). Após pagamento, o comprovante deverá ser apresentado junto ao SMA.

Art. 39. O Auto de Infração deverá ser lavrado, conforme modelo previsto no Anexo IV deste Decreto e observado o art. 112, da Lei Estadual nº 15.434 de 10 de janeiro de 2020.

Art. 40. Para cada Auto de Infração lavrado deverá ser constituído processo administrativo autônomo.

Parágrafo único. O processo administrativo será aberto no serviço de protocolo do órgão ambiental municipal, SMA;

Art. 41. O auto de infração que apresentar vício sanável e, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, poderá ser revogado pela autoridade competente, com emissão de novo auto de infração, prevalecendo prazos e demais cumprimentos já estabelecidos no anterior.

Parágrafo único. Para os efeitos do estabelecimento no caput deste artigo, considera-se vício sanável, aquele que a correção da autuação não implique em modificação do fato descrito no Auto de Infração.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 42. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo.

Parágrafo único. Nos casos em que o Auto de Infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente deverá ser lavrado um novo Auto de Infração.

SEÇÃO III DA DEFESA, DO JULGAMENTO E DO RECURSO

Art. 43. O autuado poderá, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da ciência da autuação, oferecer recurso/defesa ou impugnação contra o auto de infração.

Parágrafo único. Vencido o prazo estabelecido no caput deste artigo sem que o autuado tenha oferecido recurso/defesa ou impugnação, ou efetuado o pagamento da multa, este incorrerá em mora, devendo o débito correspondente ser encaminhado para cobrança o Setor de Tributação, onde poderá ser inscrito em dívida ativa.

Art. 44. O processo administrativo de recurso/defesa ou impugnação deverá ser formulado por escrito e será protocolado no Setor de Meio Ambiente, que encaminhará imediatamente a JARIA (Junta Administrativa de Recursos de Infrações Ambientais), e deverá atender:

I - requerimento ao órgão ou autoridade administrativa a que se dirige (Secretaria Municipal da Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo);

II - preenchimento do formulário específico conforme Anexo III e demais informações contidas neste.

§ 1º O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar ao requerimento o respectivo instrumento de mandato.

§ 2º Cabe ao autuado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído à autoridade julgadora para instrução do processo;

§ 3º As provas propostas pelo autuado, quando de natureza ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora competente.

Art. 45. A defesa não será conhecida quando oferecida:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 46. A JARIA (Junta Administrativa de Recursos de Infrações Ambientais) deverá julgar o auto de infração em primeira instância, apresentada a defesa ou a impugnação, mediante parecer prévio do agente autuante, o qual deverá manifestar-se sobre todos os argumentos apresentados pelo autuado e, se for o caso, acostar ao seu parecer novos elementos de prova que julgar cabíveis.

§ 1º A decisão de que trata este artigo constituirá na emissão de Decisão Administrativa de Julgamento do Auto de Infração, com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, cientificando-se o autuado sobre o seu resultado.

§ 2º A decisão da JARIA não se vincula aos critérios de dosimetria utilizados pelo agente autuante para a determinação da multa aplicada, na hipótese em que poderá, de ofício ou a requerimento do interessado, independentemente do seu recolhimento minorar, manter ou majorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente.

§ 3º O autuado que apresentar vulnerabilidade econômica na forma prevista no art. 99 da Lei Estadual nº 15.434/2020, deverá demonstrar esta condição, e solicitar o benefício, na sua defesa ao Auto de Infração.

§ 4º Caso a decisão administrativa não atenda a exigência prevista neste artigo, ou tenha omissões de ordem técnica ou jurídica, o agente autuante poderá solicitar reconsideração à JARIA, para fins de saneamento da omissão, abrindo-se, se necessário, novo prazo para que o autuado, desejando, interponha novo recurso/defesa.

§ 5º Não sendo apresentada recurso/defesa ou impugnação da decisão administrativa da JARIA, o débito será consolidado e iniciada a sua cobrança administrativa, com a oficialização ao autuado, encaminhada via postal com o Aviso de Recebimento - AR.

§ 6º As impugnações, defesas e os recursos interpostos das decisões não definitivas terão efeito suspensivo, relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente.

Art. 47. Os elementos probatórios deverão ser considerados na decisão da JARIA.

Parágrafo único. A JARIA poderá, a seu critério, requisitar ao SMA correspondente ao servidor autuante, a qualquer tempo, a produção de provas necessárias à sua convicção sobre o pedido formulado, bem como parecer técnico e/ou informações necessárias à elucidação dos fatos que originaram o auto de infração, que deverá ser elaborado no prazo máximo de 10 (dez) dias, ressalvadas as situações devidamente justificadas.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 48. Da decisão administrativa proferida pela JARIA, o autuado poderá apresentar recurso/defesa em segunda e última instância ao COMMA, no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Parágrafo único. Recebido o recurso pelo órgão ambiental municipal, serão os autos encaminhados ao presidente do COMMA que deverá deliberar no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 49. O recurso/defesa ao COMMA será interposto por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo para tanto, juntar os documentos que entender conveniente.

§ 1º O recurso/defesa interposto na forma prevista neste artigo, não tem efeito suspensivo.

§ 2º Na hipótese de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior, poderá de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

§ 3º Não serão admitidos os recursos manifestadamente protelatórios, devendo ser indeferidos de plano pela autoridade competente para proferir a decisão da admissibilidade, somente deverão ser conhecidos, quando houver decisão administrativa da instância inferior.

Art. 50. O recurso não será conhecido quando interposto:

- I - fora do prazo;
- II - perante órgão incompetente;
- III - por quem não seja legitimado;

Art. 51. O Órgão Ambiental Municipal cientificará formalmente o interessado para ter ciência da decisão prolatada.

Parágrafo único. Quando aplicada a penalidade de multa, esgotados os recursos administrativos, o infrator será cientificado para efetuar o pagamento da multa no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento do ofício, recolhendo o respectivo valor ao FAMMA.

Art. 52. Havendo o pagamento da multa administrativa e existindo penalidade de apreensão, depósito, embargo ou suspensão de atividades, o processo deverá ser remetido à fiscalização, para análise e providências complementares.

Art. 53. A JARIA e o COMMA, na fase de recurso/defesa ou impugnação, decidirão pela minoração, majoração ou pela adequação do valor da multa e demais penalidades acessórias, respeitados os limites dos valores da multa estabelecidos nos artigos, ou ainda pela anulação do auto de infração e o arquivamento do processo:

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

I - na decisão pela minoração ou majoração do valor da multa, deverá ser observado o estabelecido nos art. 4º e 123 do Decreto Federal nº 6.514/08.

II - o autuado poderá solicitar o parcelamento do valor da multa, cabendo a decisão administrativa à Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo e obedecido os critérios estipulados no Código Tributário Municipal acerca do parcelamento.

III - na conversão do valor da multa em prestação de serviços, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, deverá ser observado o previsto no § 4º do art. 72 da Lei Federal nº 9.605/1998, e no art. 139 do Decreto Federal nº 6.514/2008 alterado pelo Decreto Federal nº 9.179, de 23 de outubro de 2017.

IV - para suspensão da exigibilidade de multa administrativa, para fins de fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, serão observados os termos do art. 146 do Decreto Federal nº 6.514/2008 e alterações.

§ 1º Ao decidir pela adequação do valor da multa deverá compatibilizá-la com os fatos que lhe derem causa, levando em consideração o volume, a área, a quantidade, a espécie, a localização e outras unidades de medida pertinentes.

§ 2º Os valores da multa serão minorados para os autuados em vulnerabilidade econômica, conforme previsto na Lei Estadual nº 15.434/2020.

§ 3º A conversão ou suspensão, previstas nos incisos III e IV deste artigo, poderá ser avaliada para valores de multas superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 54. A JARIA de que trata este decreto está prevista e sua competência estipulada na Lei Municipal nº 2.523/2020.

Capítulo V DA ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO

Art. 55. Os valores das penalidades pecuniárias devem ser expressos em moeda nacional corrente no País, nos moldes da Lei Federal nº 8.880, de 27 de maio de 1994.

Parágrafo único. Na hipótese de mudança na legislação que dispõe sobre a moeda nacional, o órgão ambiental municipal deve proceder à respectiva compatibilização para efeito de cobrança dos valores a que se refere este artigo.

Art. 56. Os valores resultantes do pagamento das multas serão encaminhados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - FAMMA.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Fazenda deverá manter sistema de acompanhamento dos créditos e débitos resultantes das multas aplicadas pela fiscalização do órgão ambiental municipal e, quando solicitado, submeter relatórios.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Capítulo VI DO ENCAMINHAMENTO DO DÉBITO

Art. 57. Transitado em julgado a decisão administrativa, sem que o débito tenha sido pago, será precedido o encaminhamento formal de processo administrativo para a o Setor de Tributação, para cobrança e, se for o caso, inscrição em dívida ativa.

Art. 58. Fica revogado em todos os seus termos o Decreto nº 012/2021, de 24.01.2021 e 020/2022, de 28.02.2022.

Art. 59. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO OURO, RS, 07 DE FEVEREIRO DE 2022

Valentim Gelain
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 07 DE FEVEREIRO DE 2022

Zeferino Marcante
Sec. Geral da Administração

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I

CÁLCULO DAS MULTAS (Decreto Estadual nº 55.374/2020)

Este anexo especifica os valores de multas que devem ser aplicadas quando verificadas as infrações cometidas contra o meio ambiente descritas nos artigos 38 a 115 do Decreto Estadual nº 55.374, de 22 de Julho de 2020, que regulamenta os artigos 90 a 107 e 111 a 115 da lei estadual nº 15.434, de 09 de Janeiro de 2020 e os artigos 35 a 37 da Lei nº 10.350 de 30 de dezembro de 1994.

I – Para as infrações descritas nos artigos 44, 54, e 92 o valor da multa simples está estabelecido no próprio artigo.

II – Para as infrações descritas nos artigos 38 a 41, 43, 53, 57 a 63, 65 a 70, 73, 85, 112 e 113 a fórmula de cálculo consta definida no próprio artigo, ou seja, basta multiplicar o valor estabelecido em reais pela unidade de medida (indivíduo, hectare ou fração, quilograma, metro cúbico, metro estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros, etc.). Em alguns artigos há acréscimos conforme as especificidades da infração, o que deverá ser observado pelo agente atuante.

III – Para as infrações descritas nos artigos 75, 76, 79 a 82, 84, 86, 87, 90, 93, 95 a 99, 101, 105 e 106 aplicáveis a empreendimentos sujeitos ao licenciamento e para os quais há uma amplitude de valores possíveis, aplica-se a fórmula de cálculo descrita no item 1, a seguir.

IV – Para as infrações descritas nos artigos 42, 45 a 52, 56, 64, 71, 77, 78, 83, 88, 89, 91, 94, 100, 102 a 104, 107, 109 a 111 e 114 para os quais também há um amplitude de valores possíveis, porém não são aplicáveis os conceitos de porte e potencial poluidor do empreendimento no cálculo da multa, aplica-se a fórmula de cálculo descrita no item 2, a seguir:

1 – Fórmula de cálculo do valor da multa a ser aplicada pelo agente atuante para o caso III:

$$\text{Multa} = (\text{VIG} + \text{A}) + \{\text{A} * [(\Sigma \text{agravantes}) - (\Sigma \text{atenuantes})]\}$$

Onde:

VIG = Valor inferior do grupo do respectivo artigo do Decreto Estadual, conforme estabelecido no item 1.1.

A = Valor inicial do cálculo, estabelecido a partir da Tabela de Proporção e dos limites por artigo e grupo conforme detalhado no item 1.2.

Σ agravantes = B + C + D + E + F + G + H, conforme detalhado no item 1.3.

Σ atenuantes = I + J + K + L, conforme detalhado no item 1.4.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

1.1 – Estabelecimento de Grupos de Multa e estratificação inicial

Para imposição e gradação da penalidade de multa, inicialmente, estratifica-se a amplitude de valores previstos nos artigos, definindo-se Grupos de Multa, conforme a gravidade do fato, em atendimento ao Art. 96º da Lei Federal 15.434/2020.

GRUPO I:

- a) Infração promoveu risco à saúde humana;
- b) Atividades não licenciáveis;
- c) Construir, instalar ou fazer funcionar, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes: empreendimentos que não necessitem de licenciamento ambiental através do instrumento EIA-RIMA de acordo com a listagem da Resolução CONAMA nº 001/86;
- d) No caso de bens minerais, toda a atividade de Lavra de Rocha para uso imediato na construção civil até 100ha (cem hectares) requeridos ao DNPM e operação e dragas.

GRUPO II:

- a) Infração promoveu dano à saúde humana;
- b) Construir, instalar ou fazer funcionar, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, listados na Resolução Consema nº 372/2018 e suas alterações, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes;
- c) Acidentes ambientais (rodoviários, ferroviários, fluviais, marítimos, industriais, os ocorridos em depósitos de produtos químicos, incêndios/queimadas, entre outros) que venham causar danos à saúde, à segurança, à biota, ao bem-estar da população e aos recursos naturais, alterando significativamente o meio ambiente ou a saúde pública;
- d) Causar poluição do solo que torne uma área urbana ou rural impróprias para ocupação;
- e) Causar, por mais de 24 (vinte e quatro) horas e até 7 (sete) dias, suspensão de abastecimento público de água para consumo humano, em razão de contaminação do recurso hídrico, independentemente dos órgãos públicos de abastecimento atender a área afetada por sistema alternativo;
- f) Causar poluição que paralise sistema de transporte público por período superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- g) Causar poluição que provoque a retirada dos habitantes da área afetada, por período superior a 24 (vinte e quatro) horas e até 7 (sete) dias;
- h) Dificultar ou impedir o uso público das praias, em trecho de até 10 km de extensão.

GRUPO III:

- a) Infração promoveu dano permanente à saúde humana;
- b) Construir, instalar ou fazer funcionar, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes: empreendimentos que produzam ou processem substâncias radioativa;

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

- c) Produzir, processar ou transportar, produto ou substância radioativa, em desacordo com as exigências estabelecidas em licenciamento ambiental;
- d) Acidentes ambientais (rodoviários, ferroviários, fluviais, marítimos, industriais, os ocorridos em depósitos de produtos químicos, incêndios/queimadas, entre outros), que venham causar perigo iminente à saúde, à segurança, à biota, ao bem-estar da população, aos recursos naturais e que causem danos irreparáveis ou de difícil reparação ao meio ambiente ou a saúde pública;
- e) Causar, por período superior a 7 (sete) dias, suspensão de abastecimento público de água para consumo humano, em razão de contaminação do recurso hídrico, independentemente dos órgãos públicos de abastecimento abastecerem a área afetada por sistema alternativo;
- f) Causar poluição que provoque a retirada dos habitantes da área afetada, por período superior a 7 (sete dias);
- g) Dificultar ou impedir o uso público das praias, em trecho superior a 10 km de extensão.

As ações consideradas graves pelo agente autuante, mas não listadas no Grupo II e III, poderão ter seu enquadramento nestes Grupos, levando em conta a natureza da infração e suas consequências, a partir de relatório, parecer ou laudo técnico, elaborado pelo agente constataador e corroborado pelo setor responsável pela lavratura do Auto de Infração.

Para cada Grupo de Multa (I, II e III) correspondente a cada Artigo do Decreto Estadual nº 55.374/2020, ficam estabelecidos os valores inferiores e superiores a serem aplicados, conforme tabelas a seguir:

VALORES LIMITES POR ARTIGO E GRUPO (EM URM\$)

ARTIGO	INFRAÇÃO	INFERIOR - VIG	SUPERIOR - VSG
75	Grupo I	250,00	25.000,00
	Grupo II	25.000,01	500.000,00
	Grupo III	500.000,01	2.500.000,00
76	Grupo I	250,00	25.000,00
	Grupo II	25.000,01	500.000,00
	Grupo III	500.000,01	2.500.000,00
79	Grupo I	25,00	25.000,00
	Grupo II	25.000,01	50.000,00
	Grupo III	50.000,01	100.000,00
80	Grupo I	5.000,00	10.000,00
	Grupo II	10.000,01	25.000,00
	Grupo III	25.000,01	50.000,00
81	Grupo I	25,00	50.000,00
	Grupo II	50.000,01	250.000,00
	Grupo III	250.000,01	500.000,00

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

82	Grupo I	250,00	50.000,00
	Grupo II	50.000,01	100.000,00
	Grupo III	100.000,01	250.000,00
84	Grupo I	50,00	20.000,00
	Grupo II	20.000,01	250.000,00
	Grupo III	250.000,01	500.000,00
86	Grupo I	25,00	100,00
	Grupo II	100,01	250,00
	Grupo III	250,01	500,00
87	Grupo I	25,00	50.000,00
	Grupo II	50.000,01	250.000,00
	Grupo III	250.000,01	500.000,00
90	Grupo I	500,00	1.800,00
	Grupo II	1.800,01	3.500,00
	Grupo III	3.500,01	5.000,00
93	Grupo I	25,00	2.500,00
	Grupo II	2.500,01	3.700,00
	Grupo III	3.700,01	5.000,00
95	Grupo I	500,00	25.000,00
	Grupo II	25.000,01	37.000,00
	Grupo III	37.000,01	50.000,00
96	Grupo I	50,00	25.000,00
	Grupo II	25.000,01	37.000,00
	Grupo III	37.000,01	50.000,00
97	Grupo I	50,00	2.500,00
	Grupo II	2.500,01	3.700,00
	Grupo III	3.700,01	5.000,00
98	Grupo I	75,00	25.000,00
	Grupo II	25.000,01	37.000,00
	Grupo III	37.000,01	50.000,00
99	Grupo I	500,00	25.000,00
	Grupo II	25.000,01	37.000,00
	Grupo III	37.000,01	50.000,00
101	Grupo I	75,00	25.000,00
	Grupo II	25.000,01	37.000,00
	Grupo III	37.000,01	50.000,00
105	Grupo I	75,00	25.000,00
	Grupo II	25.000,01	37.000,00
	Grupo III	37.000,01	50.000,00

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

106	Grupo I	25,00	250,00
	Grupo II	250,01	350,00
	Grupo III	350,01	500,00

1.2– Fixação do valor “A”:

Para fixação do valor “A”, inicialmente fica estabelecida a TABELA DE PROPORÇÃO apresentada a seguir, baseada na Tabela de Classificação de Atividades da FEPAM.

Para a construção da tabela, foi considerado que o POTENCIAL POLUIDOR (escala de 1) é mais preponderante ambientalmente que PORTE (escala de 0,75) do empreendimento.

TABELA DE PROPORÇÃO APLICADA AO CÁLCULO DE MULTAS:

POTENCIAL POLUIDOR	PORTE PROPORÇÃO	Mínimo	Pequeno	Médio	Grande	Excepcional
Baixo	1	1	1,75	2,5	3,25	4
Médio	2	2	3,5	5,0	6,5	8
Alto	3	3	5,25	7,5	9,75	12

A = [(VSG – VIG) / (65 x 12)] * indexador em cada porte/potencial da tabela de proporção

Onde:

65 = nº máximo de fatores agravantes

12 = divisor máximo da tabela de proporção.

O valor (A), para cada empreendimento, é o correspondente ao seu enquadramento na Tabela de Classificação de Atividades da FEPAM e é aplicável aos artigos do Decreto Estadual nº 55.374/2020.

VALORES CALCULADOS PARA O PORTE MÍNIMO/POTENCIAL BAIXO DA TABELA DE PROPORÇÃO:

ARTIGO	INFRAÇÃO	RESULTADO
75	Grupo I	31,73
	Grupo II	608,97
	Grupo III	2.564,10
76	Grupo I	31,73
	Grupo II	608,97
	Grupo III	2.564,10
79	Grupo I	32,01
	Grupo II	32,05
	Grupo III	65,10

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

80	Grupo I	6,41
	Grupo II	19,23
	Grupo III	32,05
81	Grupo I	64,07
	Grupo II	256,41
	Grupo III	320,51
82	Grupo I	63,78
	Grupo II	64,10
	Grupo III	192,31
84	Grupo I	25,58
	Grupo II	294,87
	Grupo III	320,51
86	Grupo I	0,10
	Grupo II	0,19
	Grupo III	0,32
87	Grupo I	64,07
	Grupo II	256,41
	Grupo III	320,51
90	Grupo I	1,67
	Grupo II	2,18
	Grupo III	1,92
93	Grupo I	32,02
	Grupo II	1,54
	Grupo III	1,67
95	Grupo I	31,41
	Grupo II	15,38
	Grupo III	16,67
96	Grupo I	31,98
	Grupo II	15,38
	Grupo III	16,67
97	Grupo I	3,14
	Grupo II	1,54
	Grupo III	1,67
98	Grupo I	31,96
	Grupo II	15,38
	Grupo III	16,67
99	Grupo I	31,41
	Grupo II	15,38
	Grupo III	16,67

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

101	Grupo I	31,96
	Grupo II	15,38
	Grupo III	16,67
105	Grupo I	31,96
	Grupo II	15,38
	Grupo III	16,67
106	Grupo I	0,29
	Grupo II	0,13
	Grupo III	0,19

Exemplo: Valor “A” para o artigo 75, Grupo I:

POTENCIAL POLUIDOR	PORTE	Mínimo	Pequeno	Médio	Grande	Excepcional
	PROPORÇÃO	1	1,75	2,5	3,25	4
Baixo	1	31,73	55,53	79,33	103,12	126,92
Médio	2	63,46	95,19	158,65	206,25	253,84
Alto	3	95,19	166,58	237,98	309,37	380,76

1.3– Agravantes

São circunstâncias que agravam o valor da multa e na fórmula de cálculo serão aplicados da seguinte maneira:

Zagravantes = (B + C + D + E), conforme detalhado a seguir:

A infração resultou em:	Não	Baixo	Médio	Alto
Riscos à saúde. (B)	0	2	4	6
Destruição da flora. (C)	0	2	4	6
Mortandade de animais. (D)	0	2	4	6

Para efeitos deste decreto, entende-se por:

- BAIXO: as infrações que coloquem em risco a saúde e/ou a biota e/ou os recursos naturais, mas que não provoquem alterações significativas ao meio ambiente ou à saúde pública;
- MÉDIO: as infrações que venham causar dano à saúde, e/ou à segurança, e/ou à biota, e/ou bem-estar da população e aos recursos naturais, alterando significativamente o meio ambiente ou a saúde pública;
- ALTO: as infrações que venham causar perigo iminente à saúde, e/ou à segurança, e/ou à biota, e/ou ao bem-estar da população, e/ou aos recursos naturais e que causem danos irreparáveis ou de difícil reparação ao meio ambiente ou a saúde pública.

Ter o agente cometido a infração:	Pontos
Causando impedimento, constrangimento, dificuldade e/ou embaraço à fiscalização	3

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Tentando se eximir da responsabilidade, atribuindo a causa do dano a outrem	2
Concorrendo para danos à propriedade alheia	2
Atingindo áreas de Unidades de Conservação	3
Atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos	3
Em período de defeso à fauna	2
Em domingos ou feriados	3
À noite	3
Em épocas de seca ou inundações	2
Atingindo área sob proteção legal	3
Atingindo sítios de reprodução de espécies da fauna nativa, ou atingindo suas rotas migratórias	2
Atingindo área de especial interesse cultural ou paisagístico	2
Atingindo fisionomias vegetais especiais do Bioma Pampa (vegetação parque de espinilho, butiazais, matas de pau ferro)	2
Atingindo espécies da flora e da fauna raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção ou em período de defeso	3
Ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária	2
Se utilizando da condição de agente público para a prática de infração	3
Com o emprego de métodos cruéis para o abate ou a captura de animais	2
Mediante fraude ou abuso de confiança	3
No interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais.	2
TOTAL	(E)

1.4. Atenuantes

São circunstâncias que atenuam o valor da multa e na fórmula de cálculo serão aplicados da seguinte maneira:

Σ atenuantes = (F + G + H + I), conforme detalhado a seguir:

CIRCUNSTÂNCIAS QUE ATENUAM A PENA:	Pontos
Baixo grau de instrução ou escolaridade do agente* (F)	0,5
Arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada (G)	0,5
Comunicação prévia pelo agente, do perigo iminente de degradação ambiental (H)	0,5
Colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental (I)	0,25

* Somente aplicável à pessoa física.

2. Fórmula de cálculo do valor da multa a ser aplicada pelo agente autuante para o caso IV:

Onde:

Multa = $V_{min} + \{[(V_{máx} - V_{min}) / 65] * [(\Sigma \text{ agravantes}) - (\Sigma \text{ atenuantes})]\}$ + acréscimos conforme as especificidades do artigo

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

V_{mín} = Valor mínimo da multa, conforme estabelecido no artigo.

V_{máx} = valor máximo da multa, conforme o estabelecido no artigo.

65 = nº máximo de fatores agravantes.

Σ agravantes = B + C + D + E, conforme detalhado no item 1.3.

Σ atenuantes = F + G + H + I, conforme detalhado no item 1.4

Exemplo para o Artigo 49:

Valor máximo estabelecido no Art. 49 = 5.000 URMs

Valor mínimo estabelecido no Art. 49 = 35 URMs

O artigo prevê acréscimo de 1 URM por quilo do produto da pescaria.

Supondo que a pesca ilegal tenha ocorrido domingo à noite (agravantes), que tenha ocorrido baixa mortalidade de animais (agravantes) e que tenham sido pescados 10 kg de peixe, teremos o seguinte resultado:

Multa = 35 + {[(5.000 – 35) / 65] * [(3+3)]} + (1 * 10) = 121,38 URMs

3. Agravamento da multa calculada por reincidência:

Finalizado o cálculo da multa, o valor resultante ainda pode ser qualificado em função da reincidência do infrator, da seguinte forma:

O cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de até três anos, contados da lavratura de auto de infração anterior devidamente confirmado no julgamento, implica: (Artigo 21, do Decreto Estadual nº 55.374, de 22/07/2020):

- I. Aplicação da multa em triplo, no caso de cometimento da mesma infração (reincidência específica);
- II. Aplicação da multa em dobro, no caso de cometimento de infração distinta (reincidência genérica); e
- III. Aplicação da multa em dobro, para qualquer das hipóteses dos incisos I e II deste artigo, quando as infrações se referirem às normas de proteção de recursos hídricos.

4. Das disposições específicas:

Ao aplicar as fórmulas de cálculo estabelecidas neste anexo, sempre que o resultado calculado para determinado artigo seja inferior ou superior aos valores mínimos e máximos, deverão ser utilizados os limitadores definidos em cada artigo;

Quando o Auto de Infração se referir a duas ou mais infrações, de artigos diferentes, o cálculo do valor da multa a aplicar será efetuado para cada uma das infrações e o valor final da multa será o somatório dos valores calculados;

Os centavos gerados dos resultados das fórmulas de cálculo deverão ser ignorados para aplicação dos valores das multas impostas nos Autos de Infração;

Na aplicação do Art. 75 e 76, do Decreto Estadual nº 55.374/2020, deverá ser elaborado laudo técnico (Parecer Técnico, relatório de Fiscalização ou Relatório de Vistoria) que é a peça na qual um ou mais profissionais habilitados, relatam o que observaram em termos de danos potenciais ou efetivos ao meio ambiente a saúde pública, apoiados em fiscalizações, vistorias, análises laboratoriais, imagens de satélite, fotografias ou outros meios, e darão suas conclusões sobre a extensão da infração cometida.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO II

I – FORMULÁRIO DE DENÚNCIA

*CAMPOS DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

1. Identificação do Agente Causador da Denúncia:

*Nome/Razão social:

*CPF/CNPJ:

Nome Fantasia:

Apelido do Denunciado:

*Endereço:

*Distrito/Bairro/Localidade:

CEP:

*Ponto de Referência:

Coordenada Geográfica:

2. Identificação do Denunciante:

*Nome/Razão Social:

*CPF/CNPJ:

*Endereço:

*Distrito/Bairro/Localidade:

CASO TENHA EFETUADO A DENÚNCIA SOBRE O MESMO ASSUNTO EM OUTRO ÓRGÃO PÚBLICO, INFORME EM QUAL ÓRGÃO E QUANDO:

3. Manter o sigilo do denunciante: () SIM () NÃO

Os dados cadastrais do informante serão mantidos em sigilo, visando resguardar a sua integridade física e conforme preceitua o direito individual dos cidadãos em relação à inviolabilidade de sua intimidade.

4. Tipo de Denúncia:

() poluição hídrica

() poluição sonora

() resíduos

() corte de árvore nativa

() outro: _____

5. Descrição da Denúncia:

6. Denúncia:

*Data:

*Horário:

Recebido em.

Em ____/____/____

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO III

REQUERIMENTO E FORMULÁRIO DE DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO

REQUERIMENTO

São José do Ouro/RS, ____ de _____ de ____.

(Nome/ Razão Social)

requer a análise das informações em anexo, com vistas a **RECURSO/DEFESA DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº _____ RECEBIDO** em _____, na

(Número do Auto de Infração)

(Data)

(1º Instância de Julgamento – JARIA ou
2º Instância de Julgamento – COMMA)

Termos em que,
Pede deferimento.

Assinatura do Autuado/Representante Legal

À Prefeitura Municipal de São José do Ouro/RS

Setor de Meio Ambiente

Fone: (54) 3352-4506

Recebido em ____/____/____

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

1. Qualificação do Autuado (se pessoa física):

Nome:

CPF:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Telefone:

E-mail:

2. Qualificação do Autuado (se pessoa jurídica):

Razão social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Município:

CEP:

Telefone:

E-mail:

3. Documentos necessários para apresentação de recurso/defesa:

3.1. Cópia do Auto de Infração;

3.2. Cópia do CPF (Se pessoa física), e do CNPJ (se pessoa jurídica);

3.3. Cópia da decisão da JARIA (caso couber);

3.4. Documento de recurso/defesa administrativa devidamente assinado pelo autuado/representante legal;

3.5. Procuração do Representante Legal;

3.6. Caso o autuado comprove vulnerabilidade econômica, conforme previsto no Art. 99 da Lei Estadual nº 15.434 de 09 de janeiro de 2020, deverá demonstrar quando da apresentação de defesa.

4. Orientações quanto ao preenchimento do formulário:

4.1. Preencher este formulário em duas vias impressas devidamente assinadas pelo requerente ou representante legal.

São José do Ouro/RS, de de

Assinatura do Autuado/Representante Legal

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO**

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO IV**MODELO DE AUTO DE INFRAÇÃO**

Auto de Infração nº _____ / _____ Processo Administrativo nº: _____ / _____

2. Dados da infração:

Local:

Data:

Hora:

Coordenadas geográficas (SIRGAS2000):

Infração continuada:

Descrição da Infração:**3. Dispositivo(s) legal(is) transgredido(s)/que fundamenta(m) a(s) penalidade(s):****4. Penalidade(s):**

Verificada infração à legislação de controle ambiental do município de São José do Ouro é lavrado o presente Auto de Infração, conforme Decreto nº 025/2022, e que implica na aplicação da(s) penalidade(s) conforme o Anexo I do referido Decreto.

() Aplicação de multa – Valor: (URM) _____

Lavrei o presente Auto de Infração, conforme procedimentos do Decreto nº 025/2022, em 3 (três) vias, o qual vai por mim assinado e entregue ao autuado na forma prevista no art. 113 da Lei Estadual 15.434/2020. Nos termos do art. 114 da mesma Lei, o autuado poderá apresentar defesa no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de ciência deste Auto.

Data:

Servidor:

Cargo:

Matrícula:

Recebi uma via deste Auto de Infração.

Em ____/____/____

Assinatura: _____

Nome legível:

Testemunha

Nome legível:

Endereço:

Assinatura:

Testemunha

Nome legível:

Endereço:

Assinatura:



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Continuação AUTO DE INFRAÇÃO - Verso

INSTRUÇÕES GERAIS AO AUTUADO

Quanto ao pagamento da multa, se aplicada:

1. Em caso de aplicação de penalidade de multa, o autuado deverá apresentar o boleto para pagamento que será gerado pelo Setor de Meio Ambiente – SMA, na Tesouraria da Prefeitura Municipal destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente. Conforme Decreto Federal 6.514/2008, Decreto Estadual nº 55.374/2020 e Decreto nº 025/2022, caso o autuado decida efetuar o pagamento da penalidade no prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência da autuação, terá o desconto previsto. Endereço para solicitação do boleto, na Avenida Laurindo Centenaro - 481, Prefeitura Municipal de São José do Ouro.

2. Cópia do comprovante do pagamento da mesma, em igual prazo, deverá ser encaminhada ao Órgão Ambiental Municipal - Setor de Meio Ambiente (Sala de Engenharia) na Avenida Laurindo Centenaro - 481, Prefeitura Municipal de São José do Ouro.

3. O não pagamento da multa aplicada implicará em mora, e o débito correspondente será encaminhado para cobrança à Secretaria Municipal da Fazenda, onde poderá ser inscrito em dívida ativa.

Quanto à apresentação de defesa:

1. No caso de oferecer recurso/defesa ou impugnação contra o Auto de Infração, a mesma deverá ser entregue, mediante requerimento protocolado no Setor de Meio Ambiente – SMA, na Avenida Laurindo Centenaro - 481, Prefeitura Municipal de São José do Ouro, no prazo de 20 (vinte) dias corridos a contar da ciência da autuação.

Quanto à vulnerabilidade econômica do infrator:

1. Caso o autuado comprove vulnerabilidade econômica, conforme previsto no Art. 99 da Lei Estadual nº 15.434 de 09 de janeiro de 2020, poderá requerer a conversão ou a substituição da penalidade de multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente nos termos da referida lei que instituiu o código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. A vulnerabilidade econômica deverá ser demonstrada quando da apresentação da defesa a este Auto de Infração.

Informações:

1. Caso beneficiário do inciso III, Art. 6º da Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, deverá requerer (documentando) em sua defesa administrativa.

2. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em procedimento administrativo próprio, sendo iniciado com a lavratura de auto de infração, que poderá ser instruído ou estar acompanhado de Relatório de Vistoria ou de fiscalização do Auto de Constatação, do Termo de Notificação, da informação técnica ou da denúncia, bem como dos demais Termos Próprios lavrados em decorrência das infrações.

3. As multas previstas neste Auto de Infração, podem, a critério de decisão administrativa, ser convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente Art. 139, Decreto Federal nº 6.514 de 22 de julho de 2008 ou ter a sua exigibilidade suspensa, quando o infrator, por Termo de Compromisso Ambiental aprovado pela JARIA, obrigar-se a adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental (Art. 146 do Decreto Federal 6.514, de 22 de julho de 2008).

4. Multa calculada de acordo com o Decreto nº 025/2022, considerando-se: o porte/potencial, os agravantes e atenuantes utilizados, e reincidência se for o caso, ou qualquer outra informação utilizada para o cálculo da multa, conforme Anexo I.

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO****Estado do Rio Grande do Sul****ANEXO V****AUTO DE CONSTATAÇÃO**

Proc. _____

(1ª Via – Autuado/ 2ª Via – Processo Administrativo/ 3ª Via – JARIA/ 4ª Via – Setor de Meio Ambiente)

01 – PENALIDADE SUGERIDA

Constatada infração à legislação de controle ambiental do município de São José do Ouro, fica o administrado infrator sujeito à (s) penalidade (s) assinalada (s) abaixo, conforme disposto no art....., inciso (s) _____ do Decreto Municipal nº

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> ADVERTÊNCIA | <input type="checkbox"/> RESTRITIVA DE DIREITOS | <input type="checkbox"/> INTERDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO |
| <input type="checkbox"/> MULTA SIMPLES | <input type="checkbox"/> EMBARGO DE OBRA OU ATIVIDADE | <input type="checkbox"/> SUSPENSÃO DE VENDA E FABRICAÇÃO DO PRODUTO |
| <input type="checkbox"/> MULTA DIÁRIA | <input type="checkbox"/> SUSPENSÃO PARCIAL OU TOTAL DAS ATIVIDADES | |
| <input type="checkbox"/> APREENSÃO | <input type="checkbox"/> DESTRUIÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DO PRODUTO | |

Nº _____ (S) LACRE _____ (S):

02 – RELAÇÃO COM OUTROS ADMINISTRATIVOS

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> AUTO DE APREENSÃO Nº _____ | <input type="checkbox"/> TERMO DE DEPÓSITO Nº _____ |
| <input type="checkbox"/> TERMO DE SOLTURA Nº _____ | <input type="checkbox"/> OUTROS _____ |

03 – DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO:

04 – DISPOSITIVO(S) LEGAL(IS) TRANSGREDIDO(S) DO DECRETO Nº.....

05 – OBSERVAÇÕES:

06 – NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA

07 – CPF/CNPJ

08 – ENDEREÇO/BAIRRO/MUNICÍPIO

09 – ATIVIDADE PRINCIPAL

10 - TIPOLOGIA

11 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

12 – TRANSMISSÃO ELETRÔNICA

13 – REPRESENTANTE LEGAL

14 - TELEFONE

15 - CARGO

16 – LOCAL/ÁREA

17 – DATA E HORA DA OCORRÊNCIA

18 - COORDENADAS

19 – AGENTE FISCALIZADOR

20 - CARGO

21 - MATRÍCULA

22 - ASSINATURA

23 – NOME DO RESPONSÁVEL RECEBIMENTO

24 - CPF

25 – DATA/HORA

26 - ASSINATURA

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

**PORTARIA N.º 085/2022
DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022**

EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL.

VALENTIM GELAIN, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do cargo de **Gari**, exercido pelo Servidor Municipal **SIDNEI FORTUNA**, ao qual foi nomeado através da Portaria nº 044/2003, de 30.05.2003, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 2º A presente exoneração efetua-se em conformidade com as disposições do art. 36, Inciso I, da Lei Municipal 1601/2002, diante do requerimento firmado pelo Servidor Municipal protocolado sob nº 019/2022, de 07.02.2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO OURO, RS, 07 DE FEVEREIRO DE 2022

Valentim Gelain
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 07 DE FEVEREIRO DE 2022

Zeferino Marcante
Sec. Geral da Administração

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA N.º 086/2022
DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022

NOMEIA MEMBROS DO “CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO OURO”.

VALENTIM GELAIN, Vice-Prefeito Municipal de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear as pessoas abaixo, em suas representatividades, membros titulares e suplentes do “CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”, conforme as disposições do art. 2º e parágrafo único, da Lei Municipal n.º 938/92, de 08.07.1992, e do art. 3º da Lei 1390/99, de 23.07.1999, e do art. 16, da Lei 1422/2000, de 25.01.2000, conforme segue:

Nome		Representatividade
Titular	Deise Bagio Manfron	Professores de Educação Infantil da Rede Municipal.
Suplente	Glauca Domingues Reginato	
Titular	Volnei dos Santos	Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal.
Suplente	Salete Leonice da Rocha Andrade	
Titular	Grasiela Carniel Formento	SMEC – Secretaria Munic. Educação, Cult. Desp.
Suplente	Aline Centenaro Colombelli	
Titular	Daiane Guisolfi Corrêa Silvestrini	Professores da Rede Estadual.
Suplente	Carla Letícia Zanella	
Titular	Denaina Reginato Colombelli	Associação de Pais e Mestres e Conselho Escolar.
Suplente	Jaqueline Ranzolin	

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 081/2022, de 04.02.2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO OURO, RS, 07 DE FEVEREIRO DE 2022

Valentim Gelain
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 07 DE FEVEREIRO DE 2022

Zeferino Marcante
Sec. Geral da Administração

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2021

Para fins de atendimento ao disposto no 2, art. 15 da Lei 8.666/93, e art. 12 do Decreto Municipal 062/2017, o Setor de Compras torna público que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrados na Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial Nº 016/2021, originada no Processo Administrativo N 051/2021; vigente até 21/07/2022; Objeto: registro de preços de Horas Máquina para atendimento das Secretarias Municipais.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021

Para fins de atendimento ao disposto no 2, art. 15 da Lei 8.666/93, e art. 12 do Decreto Municipal 062/2017, o Setor de Compras torna público que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrados na Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial Nº 017/2021, originada no Processo Administrativo N 052/2021; vigente até 22/07/2022; Objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços de saúde, na confecção de próteses dentárias do tipo total e tipo parcial removível, para arcada superior e/ou inferior, com estrutura metálica, confeccionada em resina acrílica, com dentes nacionais.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

Para fins de atendimento ao disposto no 2, art. 15 da Lei 8.666/93, e art. 12 do Decreto Municipal 062/2017, o Setor de Compras torna público que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrados na Ata de Registro de Preço do Pregão Eletrônico Nº 004/2021, originada no Processo Administrativo N 055/2021; vigente até 05/08/2022; Objeto: Registro de preços para aquisição de alimentos para atendimento das demandas das Escolas Municipais, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Casa de Acolhimento Santa Rita e grupos de trabalho desenvolvidos pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

Arquivos das atas disponível no site: <http://www.saojosedoouro.rs.gov.br/licitacoes/extrato-das-atas/1> ou no Setor de Compras e Licitações.

São José do Ouro, RS, 04 de fevereiro de 2022.

JOSE VALTER
PICOLOTO:28733673
004

Assinado de forma digital por JOSE
VALTER PICOLOTO:28733673004
Dados: 2022.02.07 16:59:37 -03'00'

“O Ouro desta Terra está no Coração de sua Gente”